



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1454, DE 2020

Realização de sessão de debates temáticos, em data oportuna, a fim de debater sobre os desafios econômicos, sociais e ambientais do Brasil para o período pós-pandemia.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Paulo Rocha (PT/PA), Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Esperidião Amin (PP/SC), Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Wellington Fagundes (PL/MT), Líder do CIDADANIA Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Líder do PDT Weverton (PDT/MA), Líder do PSB Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Líder do PSD Otto Alencar (PSD/BA), Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater sobre os desafios econômicos, sociais e ambientais do Brasil para o período pós-pandemia.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Guilherme Melo - Professor do Instituto Econômico da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)
2. Sra. Tereza Campelo - Ex Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
3. Sr. Carlos Mussi - Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)

JUSTIFICAÇÃO

Assim como no enfrentamento do coronavírus, o Senado Federal precisa ter protagonismo no debate sobre os desafios econômicos, sociais e ambientais do Brasil para o período pós-pandemia. Diante da curva de óbitos e casos associados à Covid-19, bem como dos impactos da pandemia sobre a economia, o Senado Federal deve se debruçar sobre pautas emergenciais para 2020. Ao mesmo tempo, as bases para a retomada em 2021 devem ser discutidas imediatamente. Vale lembrar que o orçamento de 2021, elaborado sob a égide da retomada das regras de gasto, será encaminhado ao Congresso em agosto de 2020. Ademais,



SF/20025.41029-29 (LexEdit)

alterações no sistema tributário devem observar o princípio da anterioridade tributária.

É fundamental que o Brasil discuta mudanças nas regras de gastos capazes de induzir o crescimento econômico com redistribuição de renda e sustentabilidade. O caso do SUS é o mais ilustrativo. A pandemia demonstrou a relevância dos sistemas públicos universais de saúde. No entanto, a retomada das regras fiscais em 2021 retirará R\$ 35 bilhões da saúde em relação aos valores autorizados em 2020, caso o orçamento seja encaminhado no piso da EC 95. Esta redução é incompatível com o aumento da demanda por saúde, diante da queda da renda, do desemprego e dos procedimentos represados durante a pandemia. Ademais, investimentos no complexo econômico e industrial da saúde são cruciais para a redução da vulnerabilidade externa do Brasil e incorporação de tecnologia para a produção de insumos, garantindo-se o efetivo direito à saúde. A emergência de saúde mostrou que a dependência externa de insumos (medicamentos, testes, equipamentos, entre outros) custa vidas ao país.

Outro exemplo é a adoção de programas de renda básica que ampliem a rede de proteção social, especialmente em períodos de crise e baixo crescimento. O auxílio emergencial foi capaz de repor quase 100% da renda habitual dos mais pobres, mitigando os impactos da crise. No entanto, qualquer ampliação da rede de proteção em 2021 requer adequação das regras de gasto, já que a despesa deverá estar programada no teto de gastos. Da mesma forma, seu financiamento, com vistas à sustentabilidade fiscal, deve envolver mudanças no sistema tributário, no sentido da maior progressividade e taxaço de renda e patrimônio, na linha do que praticam os países da OCDE.

Outro ponto é que a taxa de investimento da economia vem decrescendo nos últimos anos e o investimento privado tende a se retrair em momentos de incerteza e elevada capacidade ociosa. As regras de gasto atuais, na contramão dos países desenvolvidos, impactam negativamente os investimentos e a retomada



da economia, perdendo-se arrecadação em função da elevada ociosidade e hiato do produto. A literatura aponta para as complementaridades entre investimento privado e público. Nesse sentido, é preciso discutir as mudanças fiscais em direção a um regime mais flexível, em que se mire a sustentabilidade fiscal sem abrir mão de investimentos públicos que possam funcionar como variável autônoma capaz de induzir a demanda e o crescimento da economia.

Além disso, um programa de investimentos deve ser orientado pela sustentabilidade ambiental e reforma urbana, apontando para temas como energias limpas, mobilidade e moradia digna, conforme vem sendo discutido em vários países. Para que estes e outros temas associados ao cenário pós-pandemia possam ser discutidos, é urgente a aprovação de sessão temática dedicada a este debate. A sessão deve contar com a presença de especialistas que possam inclusive apontar caminhos discutidos no resto do mundo, combinando crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, sustentabilidade ambiental, controle das contas públicas e o aprimoramento do pacto federativo.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do PT